

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA OITO DE JULHO DE DOIS
MIL E DEZ *****

No dia oito de Julho de dois mil e dez, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paulo Ramalheira Teixeira, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. ***

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Adão Manuel Alves dos Santos. ***

Eram dez horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

Faltou por motivo justificado o Vereador Rui César de Sousa Albergaria e Castro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota das festas em honra de S. João e da XIII Feira do Vinho Verde do Lavrador Gastronomia e Artesanato. Duas festividades que decorreram da melhor forma e que tiveram um grande sucesso. Saudou os membros do executivo e funcionários Municipais que mais directamente trabalharam nos eventos.***

Congratulou-se pela inauguração do Centro de Dia de Real.***

Deu conta que recebeu uma informação da Direcção Regional de Educação na qual é referido que o encerramento de escolas não irá avançar durante o próximo ano lectivo. A posição da Câmara Municipal sempre foi muito clara, no sentido de que os estabelecimentos de ensino se mantivessem em funcionamento. Segundo a posição conhecida do Senhor Director Regional de Educação a fusão dos Agrupamentos não determinará o encerramento de qualquer escola.

Relativamente ao Serviço de Atendimento Permanente referiu existir a garantia da Secretaria de Estado da Saúde de que não encerrará. Não obstante, entende que o Aces do Vale do Sousa não tem sido muito correcto para com Castelo de Paiva e disso foi já dada nota publicamente. Exemplo desse comportamento é o facto de não ter sido dada resposta adequada no decurso da Feira do Vinho Verde, sabido que era que esse evento atrai a Castelo de Paiva milhares de pessoas, o que não foi impeditivo de que o SAP tivesse sido encerrado durante o fim-de-semana. Perdeu-se a confiança na Directora do Aces do Vale do Sousa e desse facto será dado conhecimento à Secretária de Estado.***

A Senhora Vereadora Vanessa Pereira fez a seguinte declaração: “Em primeiro lugar mais uma vez os Parabéns ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva e em especial ao Bruno Vieira.***

Felicitar o Centro Social de Real pela obra importante e excelente inauguração! ***

A Feira de Vinho Verde é a referência do concelho à treze anos e vai seguramente continuar. Partilho da sua opinião quando: expressa alegria pela projecção que o evento já conseguiu atingir em mais de uma dúzia de anos, ao afirmar-se cada vez mais na região dos vinhos verdes em boa hora se organizou a primeira feira em 1998, bem-haja! Mas como em tudo é preciso inovar e melhorar e temos que ter cuidado com o artesanato que está na Feira. Quando se fala de artesanato, fala-se do que se faz em Castelo de Paiva e não de artesanato que nada nos diz.***

Segunda questão: As IPSS fizeram uma Feira excelente da área social, a feira social. Pouco depois voltam à Feira de Vinho Verde. Não será um grande esforço que se pede as IPSS? Deixo à consideração para análise conjunta para otimizar e acima de tudo melhorar! Mas, a Feira foi perturbada pela questão da SAUDE e da Educação no concelho.***

Na educação, perdoem-me, mas há histórias muito mas muito mal contadas e eu espero que o concelho não perca para interesses políticos demasiado evidentes.***

RO. 8 JULHO 2010.

Sobre a Saúde, nada mesmo nada me surpreende. Desde o início deste mandato que alerto para a situação da falta de médicos e do provável encerramento do SAP. ***

Este Governo Socialista que já nos habituou a ter uma política prejudicial aos mais desfavorecidos, clara e evidente em todas as medidas que toma (tomemos como exemplo o PEC) e está decidido a não cumprir o acordo que fez com os Paivenses em 2007. ***

De facto para este Governo o encerramento do SAP já estava decidido para 2007 e só não aconteceu porque os Paivenses, A Câmara, a Assembleia Municipal e as juntas e assembleias de freguesia protestaram e fizeram o Governo recuar. E recuou fazendo um acordo com o concelho garantindo o SAP até à conclusão do IC35. E por isso com pompa e circunstancia foi prometido por um ministro em plena campanha eleitoral o avanço do IC 35. Aliás o Despacho saiu até em Diário da Republica e solicito ao meu colega que por favor distribua cópia. Só que depois das eleições foi o que se sabe o Ministro deu o dito por não dito e esqueceu-se do IC35. Por isso agora o Governo não quer cumprir o acordo de manutenção do SAP e como não conseguiu fecha-lo de uma vez estrategicamente começa a fechá-lo aos soluços para não nos queixarmos. ***

E foi assim no fim-de-semana da Feira de Vinho Verde com milhares de pessoas a visitar o concelho e provavelmente com algumas (muitas) espantadas com o que se passa na saúde em Castelo de Paiva. Estranho o “timing” do comunicado emitido ontem mesmo poucas horas antes desta reunião de CM e que ainda não disponível no site da CM, bem se calhar não estranho! A exemplo de outras vezes mais uma vez se conheceu o seu teor pela Rádio Paivense! Solicito aqui uma cópia do mesmo.***

Afinal sempre tivemos razão para o que andamos a alertar desde o início deste mandato, ainda bem que o Sr. acordou! ***

No comunicado fala em nome da Câmara Municipal, esquece por sinal que Câmara Municipal somos todos, os 7 vereadores e mais uma vez não fomos ouvidos nem achados! Esta é a sua Ideia de Democracia! Os paivenses começam a entender. ***

RO. 8 JULHO 2010.

No comunicado dirigem-se ataques à Dr.^a Fátima Gonçalves mas como nunca nos foi permitido assistir a nenhuma reunião com a ACE's, não sabemos a posição da mesma, nem o motivo pelo qual o não o recebe! Estranhamente somos na ACE's o único concelho que é liderado por uma CM socialista! ***

Mas deixem me relembrar algumas coisas ditas ao longo destes meses: ***

- Na reunião de câmara de 14 de Janeiro do presente dizia-se que a ARS ia celebrar um contrato com o Dr. Avelino Alves, medico que muito deu ao CS CP e aos paivenses ...afinal nunca aconteceu; ***

- Na reunião de câmara 11 de Março eu própria sugeri que fosse aprovada uma moção de repúdio pelo previsível encerramento do SAP. ***

O Presidente da Câmara referiu não ver razão para aprovar nesta altura qualquer moção de repúdio, simplesmente porque não há ainda qualquer decisão sobre o encerramento. – Mas estranhamente no comunicado emitido ontem diz que logo em Novembro 2009 foi confrontado com a possibilidade de encerramento do AP, afinal em que ficamos? Aqui já se chamaram alguns nomes por muito menos! ***

- Na reunião câmara de 25 de Março referiu que ainda não viu necessidade de levar um autocarro para defender o interesse dos paivenses em relação ao SAP de quando necessitar contratará o autocarro! ***

- Na penúltima assembleia municipal o senhor até referiu conversas com o Secretário de estado Dr. Pizarro e que ele conhecia muito bem concelho! ***

- Na ultima reunião de câmara referi o caos no CS.. a falta de médicos no SAP dias a fio... a deslocação de enfermeiros do CS castelo de Paiva para outros CS...o deteriorar das condições de trabalho dos profissionais, e quando refiro a condições de trabalho não me refiro só a condições físicas mas sim às emocionais...estes profissionais merecem respeito! ***

Nós avisamos e aqui afirmo que sem luta o seu Governo Socialista não vai cumprir o acordo que fez com os Paivenses. Sem luta o SAP

fecha e curiosamente nem sequer negociamos contrapartidas. Á meses que dizemos isso. ***

A sua resposta foi que estava atento e que não precisava dum autocarro. Pois bem, a minha conclusão e tendo em conta os últimos desenvolvimentos no CS Castelo de Paiva e no SAP, é que por este andar o senhor nem de autocarro, nem de comboio, nem de avião resolve o problema. ***

Este problema da Saúde, grave, não é seu. É NOSSO e como tal temos que todos, paivenses, Câmara, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia de lutar pela sua defesa. Não queira ficar sozinho ligado ao maior ataque feito aos direitos na saúde dos paivenses! Não queremos ser mais do que ninguém! Apenas queremos ser tratados de forma igual aos restantes portugueses! Uma palavra aos profissionais do Centro de Saúde (médicos enfermeiros auxiliares e administrativos) de castelo de Paiva que muitas vez são privados das condições ideais para trabalharem...uma palavra de agradecimento pelo empenho esforço e dedicação nesta altura difícil. A todos o nosso agradecimento! ***

Uma palavra para os paivenses, chegou a hora de nos unirmos, de lutarmos juntos sem demagogias... por mantermos o acesso aos cuidados de saúde, por mantermos o nosso SAP! Para exigirmos que o Governo Socialista cumpra o que nos prometeu!”. ***

Seguidamente, solicitou que fosse justificada a falta do Vereador Rui César Castro que por motivos profissionais não pôde estar presente na reunião. Falta que de imediato foi justificada pelo Senhor Presidente. ***

O Senhor vereador Paulo Teixeira enalteceu os prémios alcançados pelo vinho “Porta da Chã”, propriedade de uma empresa familiar. Questionou: ***

Se já há informação sobre vedação do terreno público na Cruz da Carreira? ***

Se já existe o levantamento topográfico da área a ocupar com o novo acesso à Vila? ***

Se está perspectivada alguma intervenção no edifício da Academia de Música? ***

Na sequência dos desenvolvimentos referentes à educação, como está a situação da escola de Real? ***

Qual o resultado da reunião com a Senhora Ministra, referente à Simdouro na qual participou o Senhor Vice-Presidente? ***

Solicitou que a fosse intervencionada a ponte de Balfens na medida em que os encostos laterais foram derrubados. ***

Referiu-se à situação da extensão de saúde de Sardoura, e aos problemas que podem advir do seu encerramento. ***

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a tomada de posição referente ao SAP incide sobre o comportamento de uma pessoa que não está a salvaguardar os interesses de Castelo de Paiva. Da tutela há a garantia de que o SAP não encerrará. O que aconteceu nos últimos tempos e em especial no decorrer da feira do Vinho Verde, levou a que a Câmara Municipal tomasse uma posição no sentido de demonstrar à Senhora Directora do Aces que o seu comportamento não está a ser correcto. O executivo tem adoptado uma postura de diálogo, mas se tiver de endurecer o discurso, fá-lo-á. A Saúde é uma preocupação constante do executivo que sempre adoptou uma postura de defesa intransigente dos interesses do Concelho de Castelo de Paiva. Esta luta não parará enquanto as condições de saúde no Concelho não melhorarem. A situação actual da Saúde no País muito se deve à política do PSD que instituiu os numerosos clausulos no acesso ao curso de medicina. ***

A Câmara Municipal está a defender o que o Concelho necessita que são mais e melhores condições de saúde e se não tivesse existido esta postura de exigência, relativamente a quem tutela a saúde, não tem dúvidas que o SAP já teria encerrado. A Câmara Municipal irá exigir ao Senhor Secretário de Estado que apure responsabilidades nesta matéria. ***

Quanto à questão da educação a Câmara Municipal não deixará de ser parte activa no processo. Há uma escola situada em Real que não tem condições para funcionar e como tal terá de encerrar. ***

Relativamente ao acesso à Vila foi feito um trabalho de pesquisa de todos os documentos existentes na Câmara Municipal, estando o processo a ser encaminhado no sentido de que se efectue um levantamento preciso do terreno para após se tomar uma decisão.***

O Edifício da Academia de Música irá ser alvo de realização de trabalhos de melhoramento na parte superior do edifício. Tais trabalhos serão realizados pela própria Academia. ***

Quanto à extensão de Saúde de Sardoura a aposentação do Dr. Amorim veio agravar a situação. Neste momento o Aces colocou lá um outro médico. É uma situação que preocupa a Câmara Municipal já que se trata de um serviço de extrema importância para aquela Freguesia. ***

O Senhor Vice Presidente esteve presente numa reunião referente à Simdouro, da qual resultou que tem havido um impasse no avanço do saneamento em alta e das Etaris, porque existem Concelhos que estão a exigir contrapartidas, nomeadamente o de Vila Nova de Gaia. Vai haver uma nova reunião onde se definirá o período de tempo em que decorrerão as indemnizações aos Municípios. ***

O Senhor Vice Presidente questionou o Senhor Vereador Paulo Teixeira sobre se o anterior executivo terá efectuado algum tipo de acordo relativamente ao terreno da Cruz da Carreira. ***

O Senhor Vereador Paulo Teixeira referiu que ficou perplexo com a pergunta, porque bastava ver as actas das reuniões de Câmara para se concluir que não houve nenhum acordo, já que, tratando-se de um terreno público, a existir qualquer acordo teria de ser presente à reunião de Câmara. ***

A Senhora Vereadora Vanessa Pereira referiu que o Governo tem um compromisso com o Município e com os Paivenses e o que se exige é que o cumpra. Lembrou que a responsável do Aces foi nomeada pelo Partido Socialista. Os médicos que vinham de fora do Concelho foram convidados a sair. Já tinha sugerido uma tomada de posição conjunta, só lamenta que a posição tomada o tenha sido de forma isolada sem que tenha sido permitido o apoio dos Vereadores do PSD. ***

RO. 8 JULHO 2010.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se os Vereadores do PSD entenderem podem subscrever a posição que foi assumida pela Câmara e para o efeito irá ser requerida a introdução do ponto 8 na Ordem de Trabalhos. ***

O Senhor Vereador Paulo Teixeira referiu que há matérias que preocupam a totalidade do executivo, nomeadamente a saúde. Foi contactado pela comunicação social para transmitir a posição dos Vereadores do PSD quanto ao comunicado da Câmara, do qual não teve conhecimento. ***

Perguntou se alguma vez reuniram com a Dra. Fátima Gonçalves, Directora da Aces. ***

O Senhor Presidente da Câmara referiu que os factos que constam do comunicado correspondem completamente à verdade. Quando tentou obter responsabilidades junto do Gabinete da Directora do Aces, não foi possível o contacto com a Directora pelo facto de estar constantemente em reuniões. Este tipo de situações não pode acontecer tanto mais que não foi dada resposta ao pedido de contacto o que determinou a tomada de uma posição pública. ***

Esteve já reunido com a Directora do Aces, juntamente com os Bombeiros de Castelo de Paiva, não tendo existido qualquer reunião na Câmara Municipal. ***

A Senhora Vereadora Judite Quintas fez um resumo de todo o processo. Referiu que no seu entender existe nitidamente uma má vontade da Directora do Aces. É obvio que ela foi nomeada pelo Governo, mas a postura da Câmara Municipal é elucidativa da isenção que tem neste processo. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, nos termos do artigo 83º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, incluir na ordem do dia os seguintes pontos, por reconhecer a urgência na respectiva deliberação: ***

8- TOMADA DE POSIÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SAP E CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

RO. 8 JULHO 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 7 de Julho de 2010, cujo saldo totaliza a quantia de 1.568.626,65 euros.***

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/06/2010. APROVAÇÃO.

Retirada.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO Nº. 24/2010. ADRIANO LUÍS RODRIGUES PINTO.

Presente o processo em epígrafe, instruído com a seguinte informação do Gabinete Jurídico: “Face ao teor da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 28 de Fevereiro de 2007, e após deslocação ao local onde se pretende levar a cabo a operação urbanística, cumpre-nos informar o seguinte:***

Previamente a qualquer análise deverão os Serviços da DPUH, informar se a pretensão urbanística se situa dentro ou fora de área edificada consolidada.***

Obtida essa análise caso a pretensão esteja dentro da área edificada consolidada não será de aplicar qualquer das condicionantes decorrentes deste artigo 16º. Não estando dir-se-á:***

O prédio onde se pretende efectuar a edificação, encontra-se marginado por um caminho público, uma edificação e terrenos florestais. Trata-se de um terreno com um declive acentuado, ao qual era dado um uso florestal, existindo no mesmo, vegetação rasteira e eucaliptos (cfr. Fotografias).***

Nos prédios vizinhos a vegetação existente é essencialmente florestal, constituída por eucaliptos e vegetação rasteira.***

O caminho supra referido encontram-se devidamente pavimentado a betuminoso, possui uma largura de cerca de 2,00 m, possibilitando alguma facilidade ao acesso a pessoas e veículos. Circulação essa que será primordial em caso de ocorrência de um eventual incêndio,

permitindo acesso às viaturas de combate ao mesmo. Num raio de cerca de 100 metros existe cerca de 5 edificações.***

Da análise efectuada, podemos concluir que o local aparentemente apresenta risco de incêndio, no entanto propõe-se, em caso de deliberação favorável à pretensão, que nos lados confrontantes com a floresta seja criada uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.***

Analizado o processo a Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade impor a criação de uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.***

4.2 – PROCESSO 89/2010. SÉRGIO PAULO SOUSA MOREIRA.

Presente o processo em epígrafe, instruído com a seguinte informação do Gabinete Jurídico: “Face ao teor da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 28 de Fevereiro de 2007, e após deslocação ao local onde se pretende levar a cabo a operação urbanística, cumpre-nos informar o seguinte:***

Previamente a qualquer análise deverão os Serviços da DPUH, informar se a pretensão urbanística se situa dentro ou fora de área edificada consolidada.***

Obtida essa análise caso a pretensão esteja dentro da área edificada consolidada não será de aplicar qualquer das condicionantes decorrentes deste artigo 16º. Não estando dir-se-á: O prédio onde se pretende efectuar a edificação, encontra-se marginado por um caminho público, uma edificação e terrenos florestais. Trata-se de um terreno com um declive acentuado, ao qual era dado um uso florestal, existindo no mesmo, vegetação rasteira e pinheiros (cfr. Fotografias).***

Nos prédios vizinhos a vegetação existente é essencialmente florestal, constituída por pinheiros e vegetação rasteira.***

O caminho supra referido encontra-se devidamente pavimentado a betuminoso, possui uma largura de cerca de 4,00 m, possibilitando

por isso com relativa facilidade o acesso a pessoas e veículos. Circulação essa que será primordial em caso de ocorrência de um eventual incêndio, permitindo o livre acesso às viaturas de combate ao mesmo. Num raio de cerca de 100 metros existe 1 edificação.***

Da análise efectuada, podemos concluir que o local aparentemente apresenta risco de incêndio, no entanto propõe-se, em caso de deliberação favorável à pretensão, que nos lados confrontantes com a floresta seja criada uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 20 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.***

Analizado o processo a Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade impor a criação de uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 20 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.***

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – CLUBE DE CAÇA E PESCA.

O Clube de Caça e Pesca de Castelo de Paiva vai participar, através do seu atleta Pedro Miguel Correia da Silva, na Selecção Nacional de Pesca no Campeonato do Mundo, que se realizará em Itália entre 18 e 27 de Julho corrente.***

Para minorar os encargos inerentes à deslocação, solicitam a atribuição de um subsídio.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, conceder o subsídio de quinhentos euros.***

6.2 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO COUTO MINEIRO DO PEJÃO.

A Associação em título vai participar no concurso Internacional de Tompete ITG, em Sydney, que terá lugar entre 6 e 10 de Julho corrente, e far-se-á representar através de um elemento da sua Banda de Música, Sérgio Filipe Rocha Pereira, natural e residente em Castelo de Paiva.***

Para minorar os encargos inerentes à deslocação, solicitam a atribuição de um subsídio.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, conceder o subsídio de quinhentos euros.***

6.3 – JUNTA DE FREGUESIA DE BAIROS. FEIRA DE GADO

Como apoio à realização do concurso de gado bovino, promovido pela Junta de Freguesia de Bairros, apresentou a seguinte proposta: “Considerando que o Concurso de Gado Bovino permite uma apreciação actual da raça, bem como estimular os criadores na produção de animais, contribuindo de forma decisiva para a economia do concelho e também para a valorização e equilíbrio do espaço rural e à obtenção de produtos dotados de grande genuinidade.***

Este tipo de iniciativas serve ainda para premiar os criadores que têm desenvolvido maior esforço para melhorar os seus efectivos. Deste modo os agricultores poderão estabelecer comparação entre os animais expostos, podendo servir de motivação para explorar animais de melhor qualidade. Por isso, proponho a atribuição de um subsídio de apoio à realização do Concurso de Gado Bovino, no valor de 1000 euros.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, conceder o subsídio de mil euros.***

7 - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Emissão de alvará: R.468; Projecto de arquitectura: R.419, R.449, R.475; Averbamento: R.420, R.481, R.500; Alteração alvará loteamento: R. 373, R.440, R.257; Projectos de especialidade: R.458; Vistoria: R.410; Ocupação de lugar na via pública: R. 2383, 2415, 2422, 2458, 2507, 2513, 2514, 2589, 2600, 2636, 2640, 2674, 2712, 2743, 2747, 2757, 2813, 2947, 2949, 2964, 2971, 2993, 2994, 3004, 3021, 3022, 3055, 2562, 2601, 2814, 2967, 3121, 3124, 3125, 3127, 3149, 3173, 3203; Licença para festa: R.2995, R.3051, R.3118; Licença de ruído: R.2996, R.3119, R.3050; Licença manifestação desportiva: R.3020.***

8- TOMADA DE POSIÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SAP E CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.

Presente a seguinte tomada de posição referente ao funcionamento do SAP: “O primeiro problema que esta Câmara enfrentou logo que tomou posse, foi o agendado (e não divulgado) encerramento do SAP do Centro de Saúde para o dia 2 de Novembro de 2009 (primeiro dia útil do exercício de funções do novo Executivo).***

Perante tal decisão, injusta e inaceitável pelos motivos sobejamente conhecidos e defendidos, foram desenvolvidas inúmeras e insistentes diligências, junto das várias hierarquias do Ministério da Saúde, no sentido de a contrariar – o que se conseguiu até à presente data.***

Anotamos desde o início o comportamento nada favorável às pretensões e reivindicações do Município – e, logo, aos interesses deste concelho e dos legítimos direitos da sua população – manifestado, por razões que ainda não descortinamos, pela Directora do Agrupamento dos Centros de Saúde Tâmega II – Vale do Sousa Sul.***

Logo no primeiro momento, naquela situação de evidente e necessária urgência, a referida Directora do Agrupamento demorou quinze dias a realizar uma reunião que lhe foi solicitada pela Câmara para debater o estado da prestação dos cuidados de saúde no concelho (em menos tempo se consegue uma audiência com um membro do Governo). O resultado da reunião foi nulo, foi decepcionante.***

Aquela responsável continuou com um procedimento hostil relativamente à prestação dos cuidados de saúde no concelho, e sobretudo no que se refere ao SAP do Centro de Saúde, alheando-se de garantir o seu normal funcionamento, revelando total desprezo pelos utentes, pelos paivenses, e não tem tomado medidas para encontrar soluções para a situação, nem demonstra interesse e empenho para fazer face ao problema.***

E disso é evidentemente reveladora a sua actuação, ao denegar a substituição dos médicos que, por motivos vários, deixam de prestar neste concelho, exaurindo rapidamente, de modo irreversível, o contingente dos profissionais de saúde de que a população necessita. Aliás, é sua a observação inaceitável, totalmente despropositada, de

que o SAP de Castelo de Paiva, não encerrando como se tinha planejado, acabará por encerrar por falta de médicos.***

Perante tal comportamento, há uma clara tentativa de um possível desmantelamento do Centro de Saúde tal como hoje existe, sem que estejam criadas as condições e as alternativas que se impõem, que se justificam. A não ser que se tome uma posição urgente, que determine a mudança de atitude ou de administração.***

O acontecimento do último fim de semana, que aquela Directora do ACES se prepara para abundantemente repetir no futuro próximo, espelha a tendência daquela Directora do ACES, a sua hostilidade para com os interesses de Castelo de Paiva e as necessidades da sua população.***

Durante três dias decorreu na Vila de Castelo de Paiva a Feira do Vinho Verde, um dos eventos que, na região, concentra o maior número de pessoas (cerca de 15 mil), chama o maior número de visitantes, e do qual resultam normais excessos, exigindo por isso a disponibilidade dos serviços, sobretudo os de prestação de socorro. ***

Apesar desse evento ser do seu conhecimento, e ter sido disso alertada, a Directora do ACES manteve o SAP encerrado durante aqueles três dias, denotando evidente irresponsabilidade, descoordenação e desnorte no exercício das suas funções. E se assim procedeu convictamente, não podemos deixar de entender a sua actuação como perturbadora e prejudicial dos interesses do Município, atenta a importância económica daquela Feira.***

No decorrer da feira, no Sábado, foram feitas diversas tentativas, infrutíferas, para contactar aquela responsável.***

Na segunda feira, dia 5, por repetidas vezes, de manhã e de tarde, a presidência desta Câmara tentou contactar a referida Directora do ACES, recebendo invariavelmente, e pelas mesmas vezes, da sua secretária, a resposta de que se encontrava em reunião. Não devolveu, até hoje, o contacto.***

Demonstra aquela Directora uma concepção muito pouco democrática e distorcida das suas funções e competências, no exercício de uma missão de serviço público que lhe foi confiada.***

RO. 8 JULHO 2010.

A Directora do ACES não tem mais condições para continuar a merecer a nossa confiança.***

O teor desta posição vai ser levado ao conhecimento do Secretário de Estado da Saúde”. ***

O Senhor Vereador Paulo Teixeira face ao que foi dito no período de antes da ordem do dia propõe que se solicite à Directora do Aces uma reunião com carácter de urgência, onde estejam presentes todos os membros do executivo.***

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o que está em causa é a subscrição ou não da posição assumida pela Câmara Municipal, nada mais para além disso.***

Colocado a votação o teor do documento foi aprovado por maioria com as abstenções dos Vereadores Paulo Teixeira e Vanessa Pereira e os votos a favor dos restantes.***

O Senhor Vereador Paulo Teixeira fez a seguinte declaração de voto: “Face às declarações proferidas nesta reunião de Câmara que não estão de acordo com o teor das actas dos últimos 9 meses, face à intervenção da Vereadora Judite Quintas, os Vereadores do PSD abstêm-se porque o documento não traduz na realidade o que se passou e entendem que deve ser agendada a reunião requerida.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.***

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

RO. 8 JULHO 2010.

Os Vereadores,
